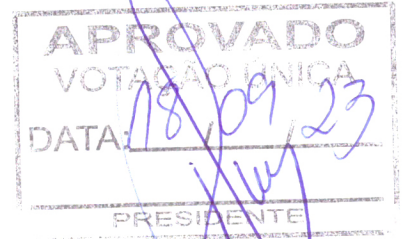




**Estado do Rio de Janeiro**  
**Câmara Municipal de Miguel Pereira**  
**Comissão de Justiça e Redação**  
**17ª Legislatura**

Parecer  
Projeto de Lei nº172/2023  
Mensagem 122/2023



Origem: **Poder Executivo**

Autor: Prefeito – André Pinto de Afonseca

Ementa: “**Altera o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, Lei Complementar nº38 de 28 de janeiro de 1998, dispõe sobre a suspensão da gratificação de função, gratificações de representação e gratificações de atividades nas hipóteses de afastamentos dos licença médica, e dá outras providências.**”

**Comissão de Justiça e Redação**

Presidente: **Vitor Batista Ralha de Afonseca**

Vice-presidente: **Mario Luís Pedroso das Neves**

Membro: **Mauro Celso Pereira dos Santos**

O Presidente da Comissão de Justiça e Redação avocou relatoria à sua própria consideração, escudando-se no §2º, do art.46, do Regimento Interno da Câmara Municipal.

**I - Da exposição da matéria em exame:**

A presente matéria versa sobre a alteração dos artigos 108 e 109 da Lei Complementar de 28 de janeiro de 1998.

**II – Da conclusão do Relator:**

A matéria não possui vício de iniciativa, **mostra-se legal e constitucional**, estando presente o requisito de admissibilidade, já que se apresenta dentro da **legalidade e constitucionalidade**.

O Projeto não fere as disposições atinentes ao processo legislativo, eis que, traz para o debate parlamentar a possibilidade de revogação parcial da mencionada lei, ou seja, é uma derrogação, uma vez que parte dela permanece inalterada, se impondo a extinção da outra parte em virtude da nova grafia que se insere.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Câmara Municipal de Miguel Pereira**  
**Comissão de Justiça e Redação**  
**17ª Legislatura**

---

Apenas para ilustrar, existem dois tipos de revogação: a) ab-rogação, que é igual à revogação total; e, b) derrogação, que é a revogação parcial. Logo, a derrogação, que é o que trata a matéria, é uma modificação da lei; apenas parte dela perde a sua eficácia.

Ademais, o Projeto tem como requisito formal, segundo a presente análise da Relatoria, o que preceitua o art.145 do Regimento Interno da Câmara de Vereadores do Município de Miguel Pereira, ou seja, traz o seu objetivo; contém enunciação da vontade legislativa; divisão em artigos numerados, claros e concisos; e, menção da revogação de disposição em contrário; por fim, a justificação, com a exposição circunstanciada dos motivos de mérito que fundamentam a adoção da medida proposta.

Percebe-se ainda na matéria (Projeto de Lei), que a sua iniciativa não revela qualquer vício, considerando que a matéria tratada na presente propositura é de interesse local, significando dizer, que não fere a LOM, e, igualmente, não traz qualquer ferimento ao Ordenamento Jurídico Maior, bastando simples análise do art.30, I da Constituição da República Federativa do Brasil. Ou seja, é de competência do Município organizar-se administrativamente.

Portanto, *in casu* foi observado no Projeto a iniciativa para deflagrar o processo legislativo. E, é salutar e de curial sabença que a normatização da Administração Pública deverá sempre respeitar os princípios inerentes, de forma especial, aqueles destacados no art.37, *caput*, da Constituição da República Federativa do Brasil.

Em análise da matéria, verifica-se que a suspensão das gratificações e funções comissionadas durante a licença médica prolongada, além de ser uma medida transparente que demonstra compromisso com a gestão responsável dos recursos públicos, trará economia aos cofres públicos.

Nada obstante, a proposta editada pelo Chefe do Poder Executivo tem a finalidade de promover a eficiência da Administração Pública, estabelecendo maior equiparação entre os servidores públicos e os trabalhadores do setor privado – respeito ao tratamento de afastamento por licença médica prolongada.

Outrossim, a proposta adequa-se às resoluções hodiernamente implementadas pela Doutrina, pela Jurisprudência e pela própria legislação contemporânea sobre a matéria.

Assim, inexistindo vício; revelado o respeito aos princípios legais e constitucionais, bem como o dever de bem administrar, tendo por base a garantia da Probidade Administrativa e do trato com a coisa Pública, este Relator vota **pela tramitação**.

É como vota o Relator.



**Estado do Rio de Janeiro**  
**Câmara Municipal de Miguel Pereira**  
**Comissão de Justiça e Redação**  
**17ª Legislatura**

---

**III – Da decisão da Comissão:**

... Visto e analisado o mencionado Projeto de Lei, notadamente pelo seu aspecto Regimental, Legal, Constitucional, Gramatical e Lógico, bem como a Técnica Legislativa, a Comissão de Justiça e Redação DECIDE:

- Pela **não tramitação da matéria**.
- Acompanhar o voto do Relator.

É o parecer.

Câmara Municipal de Miguel Pereira, 18 de 09 de 2023.

  
**Vitor Batista Ralha de Afonseca**  
Presidente

  
**Mauro Celso Pereira dos Santos**  
Membro

  
**Mário Luís Pedroso das Neves**  
Vice-Presidente/Relator